



TERMO DE REFERÊNCIA

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos levantamentos de mercado, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para aquisição em caráter emergencial de **TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE ANTÍGENO NS1 PARA O VÍRUS DA DENGUE**, fundamentado no Decreto nº 104, de 15 de abril de 2024 que declara situação de emergência de saúde pública nas áreas do município de Ipuacu, afetadas por doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0), para fins de prevenção, controle e atenção à saúde em decorrência da DENGUE.

1.1. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Item	Descrição / Especificação	Un. De Medida	Qtd	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
01	TESTE RÁPIDO ANTÍGENO NS1 DENGUE imunocromatográfico para detecção qualitativa do antígeno NS1 do vírus da dengue, a partir de amostra de sangue total, soro ou plasma. Kit contendo: dispositivo de teste, contagotas, solução tampão e instruções de uso, com registro na ANVISA, detecção do primeiro ao quinto dia de suspeita de infecção, validade mínima de 12 meses a contar da data de emissão da NF - WAMA	UND	500	R\$ 10,67	R\$ 5.335,00



2. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando o Decreto nº 104, de 15 de abril de 2024 que declara situação de emergência de saúde pública nas áreas do município de Ipuacu, afetadas por doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0), em virtude da DENGUE, requer uma resposta ágil e eficaz para garantir o tratamento adequado dos pacientes infectados com dengue, sendo que um processo licitatório convencional demandaria um tempo significativo para elaboração de editais, seleção de fornecedores e formalização de contratos, o que poderia acarretar em atrasos prejudiciais para o atendimento aos pacientes.

Considerando a epidemia de dengue no município, evidenciada pelo registro de mais de 100 casos confirmados em áreas urbanas, rurais e na reserva indígena, com uma notável tendência crescente, demandando a implementação imediata de medidas diagnósticas, bem como a necessidade premente de obtenção de um diagnóstico mais rápido para os casos de dengue através da utilização dos testes rápidos para detecção imediata;

Considerando a urgência sanitária ocasionada pelo aumento alarmante dos casos de dengue, inclusive com risco de colapso dos serviços de saúde;

Considerando a escassez de materiais e insumos destinados ao diagnóstico e combate à dengue, devidamente certificadas neste procedimento de contratação direta;

Considerando que a identificação imediata de casos de dengue por meio de testes rápidos é fundamental para permitir intervenções médicas imediatas, bem como para embasar o planejamento e a execução de estratégias eficazes pelas autoridades de saúde, visando o controle e a prevenção da doença, com a consequente redução das taxas de morbidade e mortalidade;

Considerando que o Município adquiriu 1.000 testes através de Processo Licitatório realizado pelo consórcio CIS-AMOSC, porém a empresa vencedora realizou entregas parciais em pequenas quantidades, sem estabelecer uma previsão clara para as entregas futuras devido a escassez de testes no mercado, deixando a municipalidade sem uma perspectiva definida de receber o restante dos testes até o momento presente;



Considerando que a aquisição dos testes de dengue está em consonância com as prioridades estabelecidas pelo Decreto de emergência de saúde pública, visando mitigar os efeitos da dengue e proteger a população ipuaçuense;

Portanto, fundamentado na urgente necessidade de prevenção, controle e atenção à saúde em decorrência da dengue, a aquisição dos testes rápidos se revela uma medida justificável e essencial para o enfrentamento desta emergência de saúde pública.

3. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O fornecedor foi selecionado por ter apresentado o menor preço apresentado por orçamentação de empresas devido a emergência, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando o menor preço e se encontrar dentro da realidade do mercado no atual cenário, selecionou-se a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 12.014.370/0001-67 para o seu fornecimento.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Da forma de requisição do bem/serviço:

Global

5.2. Do prazo para entrega do produto/serviço:

05 dias a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

5.3. Do local e horário de entrega:

Unidade Básica de Saúde, cito a Rua Machado, 416, Centro, em horário normal de expediente das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas.

5.4. Dos Custos agregados ao Objeto



Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora.

5.1 Do Recebimento Provisório/Definitivo do Serviço

5.1.1 O objeto será recebido provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante assinatura no verso do documento fiscal respectivo atestando o recebimento provisório que após verificação da sua conformidade encaminhará os documentos para o recebimento definitivo pelo gestor do contrato.

5.1.2 Se o objeto for de fácil conferência e sem complexidade de verificação para fins de recebimento, o fiscal poderá formalizar o atesto aduzindo no verso do documento fiscal: “Recebido e conferido em ato único”, ao gestor para o recebimento definitivo.

5.1.3 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.1.4 Até que seja sanada a situação prevista no item anterior, ficará interrompido o prazo de recebimento definitivo e o prazo para pagamento ficará suspenso.

5.1.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DA LEI 14.133/2021

6.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de Licitação, com fundamento na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

6.2 O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:



VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

A situação de emergência de saúde pública, declarada pelo Decreto Nº 104/2024, requer uma resposta ágil e eficaz para garantir o tratamento adequado dos pacientes infectados com dengue. Um processo licitatório convencional demandaria um tempo significativo para elaboração de editais, seleção de fornecedores e formalização de contratos, o que poderia acarretar em atrasos prejudiciais para o atendimento aos pacientes.

A dispensa de licitação possibilita que o órgão responsável pela saúde pública tome medidas imediatas para garantir a continuidade dos serviços de saúde, assegurando o acesso dos pacientes aos tratamentos necessários. Ao adquirir os testes de dengue por meio dessa modalidade, evita-se interrupções no fornecimento desses materiais essenciais para o diagnóstico da doença, ao mesmo tempo em que se preserva a eficiência e eficácia das ações de intervenção necessárias para enfrentar a emergência de saúde pública decorrente da dengue.

Para fins de contratação deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

6.3 Habilitação Jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e alto de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quanto à atividade assim o exigir.

b) Documento com foto do administrador e/ou proprietário;

c) Em caso de procurador, constar a procuração com poderes para assinatura de



contrato, mais o documento com foto do procurador.

6.3.1 Regularidade Fiscal

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).**
- b) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal e INSS;**
- c) **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;**
- d) **Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente;**
- e) **Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.**
- f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa.**

7. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2 O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato.

7.3 A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, será efetuado pela servidora: Rafaela Sassanovicz.

7.4 A fim de verificar a conformidade dele com as especificações técnicas dispostas no mesmo. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do



fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São Obrigações do Contratante:

8.1.1 Emitir a Autorização de Fornecimento/Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;

8.1.2 Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações;

8.1.3 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição dos itens;

8.1.4 Atestar as notas fiscais correspondentes à entrega dos materiais/serviços, por intermédio dos fiscais de contrato;

8.1.5 Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos;

8.1.6 Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 São Obrigações da Contratada:

9.1.1 Tomar todas as providências necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado;

9.1.2 Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições e qualificações exigidas;

9.1.3 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

9.1.4 Adotar medidas para a entrega dos materiais solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;

9.1.5 Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados nas solicitações;

9.1.6 Entregar os produtos solicitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias,



contados do recebimento do empenho;

9.1.7 Substituir os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas neste termo, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

9.1.8 Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados;

9.1.9 Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas;

9.1.10 Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens entregues;

9.1.11 Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o objeto desta licitação ser fornecido/prestado em sua integralidade pelo vencedor do processo.

11. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

11.1 A presente contratação terá vigência 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias contados do atesto da nota fiscal, mediante transferência bancária na conta informada, sempre em favor da contratada.

12.2 A nota fiscal deverá constar as seguintes informações:

- a) número do contrato ou número do empenho
- b) número do processo
- c) número da licitação
- d) demais informações ou retenções pertinentes da contratação

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- 13.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9 fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11 considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 13.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;
- 13.1.13 praticar ato lesivo previsto no *art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 13.2.1 Advertência pela falta do subitem 13.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.2.2 Multa de 20% (de vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a



13.1.12;

13.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6 Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 13.2 deste Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 13.2 deste Termo será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.8 Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão



a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

13.9 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1 O valor total estimado da contratação é R\$ 5.335,00 (cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais), conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.1 deste instrumento, cujo valor foi apurado pelo menor preço, onde foram efetuadas pesquisa de mercado, sendo o presente valor dentro do estipulado no mercado atual.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 26 – 1.621.0000.0001 - Atenção Básica Estado

Elemento da Despesa: 33.90.30.36

Projeto/ Atividade: 10.301.1001.2.054 – Manutenção do Bloco Saúde/Estado

15.2 Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos por verbas oriundas de recursos estaduais, específicos para ação de combate, controle e assistência médica e ambulatorial à dengue.

16. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

16.1 O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IPUAÇU
Secretaria Municipal de Saúde

Ipuacu – SC, 18 de abril de 2024.

Elaborado por:

Gilmar Antonio Brandalize
Assessor Técnico

Aprovado por:

Raqueli Biasotto
Secretária Municipal de Saúde